

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 41.834 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 169.938 mil e Ativos Totais de R\$ 192.012 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de abril de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 5.800 mil, aumentando de R\$ 94.200 mil para R\$ 100.000 mil, sem cancelamento de ações.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2018	2017
ATIVO		
CIRCULANTE	86.798	44.173
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	86.798	42.871
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b).....	-	1.302
NÃO CIRCULANTE	105.214	105.907
Realizável a Longo Prazo	4.318	2.806
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b).....	4.318	2.806
IMOBILIZADO (Nota 6)	100.896	103.101
Propriedade para Investimento.....	126.986	126.986
Depreciação Acumulada.....	(26.090)	(23.885)
TOTAL	192.012	150.080

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais						
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	48.538	42.492				
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	-	2.165				
Outras Receitas Operacionais (Nota 6).....	48.538	40.327				
DESPESAS OPERACIONAIS	(4.154)	(3.430)				
Despesas Tributárias (Nota 9).....	(1.773)	(1.481)				
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10).....	(176)	(112)				
Depreciações (Nota 6).....	(2.205)	(1.837)				
RESULTADOS FINANCEIROS	4.101	8.645				
Receitas Financeiras (Nota 8).....	4.101	8.645				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	48.485	47.707				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(6.651)	(7.178)				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	41.834	40.529				
Número de ações.....	259.170.723	259.170.723				
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$.....	161,41	156,38				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	48.485	47.707
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.995	(672)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	-	(2.165)
Depreciação.....	2.205	1.837
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	(210)	(344)
Lucro Líquido Ajustado	50.480	47.035
Redução/Aumento em Tributos a Compensar.....	(575)	2.557
Redução em Créditos Tributários.....	-	22
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações.....	34	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(6.012)	(5.793)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	43.927	43.819
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos de Controlada.....	-	146.669
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	-	146.669
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	-	(177.000)
Redução de Capital.....	-	(140.000)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(317.000)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	43.927	(126.512)
Início do Exercício.....	42.871	169.383
Fim do Exercício.....	86.798	42.871
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	43.927	(126.512)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	41.834	40.529
Resultado de Incorporação.....	-	3.114
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	(9)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	41.834	43.634

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais		
1) CONTEXTO OPERACIONAL		
A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como colista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.		
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.		
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.		
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis		
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.		
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.		
2.2) Moeda funcional e de apresentação		
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.		
2.3) Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.		
2.4) Instrumentos financeiros		
No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).		
2.5) Determinação do valor justo		
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.		
2.6) Propriedade para investimento		
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.		
As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens.		
A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.		
Custo inclui despesa que é diretamente atribuída à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.		
Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.		
Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.		
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na incorporação de controladas é incluído no valor da propriedade para investimento.		
2.7) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)		
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.		
Uma perda por redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.		
2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias		
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:		
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;		
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;		
• Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e		
• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.		
2.9) Patrimônio líquido		
a) Lucro por ação		
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.		
b) Dividendos a pagar		
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.		
2.10) Reconhecimento da receita		
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.		
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.		
Receitas financeiras		
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.		
2.11) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)		
A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da receita bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.		
A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.		
2.12) Imobilizado		
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor de mercado, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se a taxa anual de 4% para edificações.		
Anualmente é realizada a avaliação de <i>impairment</i> para imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável.		
2.13) Outros ativos e passivos		
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base <i>pro rata dia</i>) e a renda e para justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.		
Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base <i>pro rata dia</i>).		
3) GERENCIAMENTO DE RISCOS		
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, atribuição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.		
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS		
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.		
Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.		
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		

Em 31 de dezembro		
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	5	6
Fundos de investimentos financeiros (2).....	86.793	42.865
Total de caixa e equivalentes de caixa	86.798	42.871

(1) Refer-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
Eventos						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	141.500	89.145	21.544	169.196	9	421.394
Aumento de Capital (Nota 7a).....	92.700	(89.145)	-	(3.555)	-	-
Redução de Capital (Nota 7a).....	(140.000)	-	-	-	-	(140.000)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	40.529
Resultado de Incorporação.....	-	-	-	-	-	3.114
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	-	-	(9)	(9)
Dividendos Intermediários Pagos.....	-	-	-	(169.198)	-	(7.329)
Destinações: - Reservas.....	-	-	2.182	34.132	-	(36.314)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.200	-	23.726	30.575	-	148.501
Aumento de Capital (Nota 7a).....	5.800	-	-	(5.800)	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	41.834
Destinações: - Reservas.....	-	-	2.092	39.345	-	(41.437)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(397)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	-	25.818	64.120	-	189.938

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro		
	2018	2017
Propriedade para investimento		
Edificações.....	4%	119.117
Terrenos.....	-	7.869
Total em 31 de dezembro de 2018	126.986	(26.090)
Total em 31 de dezembro de 2017	126.986	(23.885)

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engenbanc - Engenharia e Serviços Ltda. em 2018. Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R\$ 2.205 (2017 - R\$ 1.837) e as receitas de aluguel montam R\$ 48.538 (2017 - R\$ 40.327).

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro				
	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Valor de mercado
Propriedade para investimento				
Edificações.....	4%	119.117	(26.090)	93.027
Terrenos.....	-	7.869	-	7.869
Total em 31 de dezembro de 2018	126.986	(26.090)	100.896	750.680
Total em 31 de dezembro de 2017	126.986	(23.885)	103.101	662.930

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engenbanc - Engenharia e Serviços Ltda. em 2018. Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R\$ 2.205 (2017 - R\$ 1.837) e as receitas de aluguel montam R\$ 48.538 (2017 - R\$ 40.327).

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Andorra Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2